



PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

EIXO

1

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria 2.051, do Ministério da Educação, de 09 de julho de 2004, estabelece a avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Para garantir tais objetivos, três avaliações, articuladas entre si, são instituídas pelo SINAES: a avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE). A avaliação institucional é realizada de duas formas: internamente, por meio da autoavaliação e conduzida pela Comissão Própria de avaliação (CPA); e externamente, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

O artigo 11º da referida lei, estabelece que toda IES, pública ou privada, deverá constituir a CPA, tendo como atribuições a condução dos processos de avaliações internas da instituição, bem como de fornecer informações ao INEP.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FAMETRO foi criada com o objetivo de desenvolver e implementar um programa de avaliação institucional (PAI) que pudesse ser utilizado para avaliar e melhorar a qualidade da educação, da infraestrutura, dos processos de gestão e das ações empreendidas pela FAMETRO.

Desde a sua criação, a CPA da Instituição, atendendo a base legal, constitui-se assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, conforme regimento próprio, constantemente revisando e reestruturando seu PAI para que acompanhe a evolução institucional e forneça o suporte necessário para o aperfeiçoamento de programas e de ações que favoreçam o desenvolvimento da Instituição. Pois, é através da avaliação institucional que as potencialidades e fragilidades são detectadas, contribuindo com uma tomada de decisões mais competente.

As tomadas de decisões institucionais deverão ser estabelecidas a partir do planejamento estratégico (Figura 1), o qual deve ser conduzido pelo trabalho conjunto de diversos setores, como CPA, procuradoria institucional, direção geração e coordenações.

Os insumos para a proposição de ações, o estabelecimento de metas e a implantação de melhorias deverão ser baseados nos resultados de três avaliações articuladas entre si (Figura 2):

Externas: atos regulatórios institucionais e dos cursos, além dos indicadores de qualidade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, Indicador de diferença entre os desempenhos observados e esperados - IDD, Conceito Preliminar de Curso - CPC, e Índice Geral de Cursos - IGC);

Internas: autoavaliações institucionais e dos cursos;

De desempenho: avaliações dos desempenhos dos coordenadores e dos docentes.

O projeto de autoavaliação da Instituição baseia-se em quatro pilares que servem para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: conscientização e adesão voluntária; avaliação total e coletiva; unificação da linguagem; e competência técnico-metodológica (Figura 1).

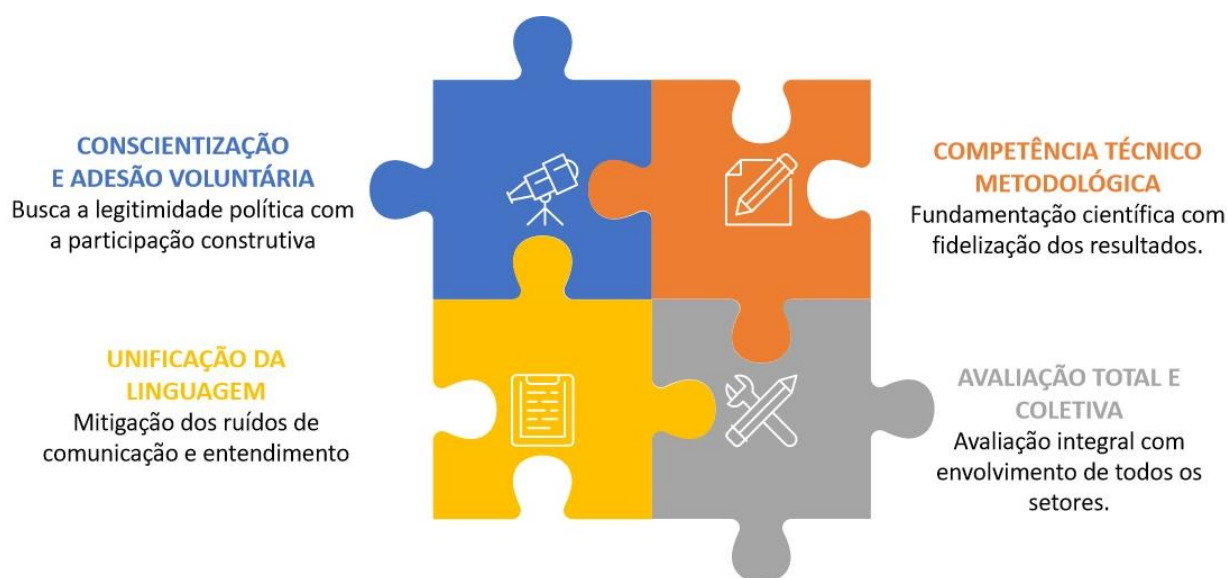
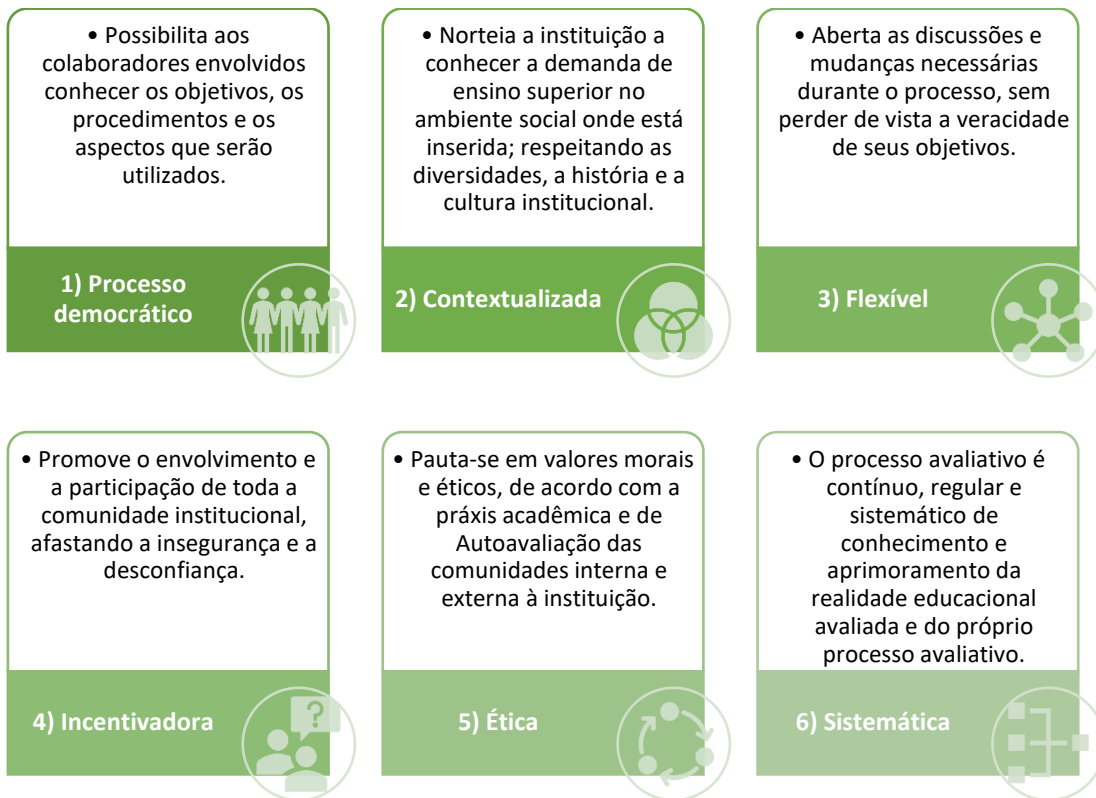


Figura 1 - Quatro pilares na perspectiva de aperfeiçoamento Institucional.

Além destes parâmetros, o projeto de autoavaliação será desenvolvido tendo em vista as seguintes características:



2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral:

Promover a cultura da autoavaliação e utilizar seus resultados como instrumento de gestão acadêmica e administrativa.

2.2 Objetivos Específicos:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica e sociedade civil organizada a respeito da importância do processo de autoavaliação;
- Realizar autoavaliação institucional como um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos/sociedade civil organizada;
- Realizar autoavaliação dos cursos de graduação em um processo democrático com a participação dos discentes;
- Analisar os dados coletados e gerar relatórios;
- Divulgar os resultados das pesquisas de autoavaliação para a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada;
- Utilizar os resultados das autoavaliações como subsídio para as ações acadêmico-administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da gestão Institucional.

2. Metodologia

O processo de autoavaliação deverá ser realizado anualmente em dois níveis: dos cursos de graduação e institucional. O primeiro nível envolverá os aspectos referentes aos cursos de graduação, sendo respondido pelos discentes. No segundo nível a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada avaliarão a Instituição como um todo.

As questões aplicadas nos questionários de autoavaliação serão estruturadas para indicar o grau de satisfação dos participantes da pesquisa quanto aos serviços ou informações prestadas pela IES/Curso. As questões serão de múltipla escolha e elaboradas seguindo a métrica Net Promoter Score (NPS), onde as respostas variam no grau de satisfação de 0 a 10. Os questionários também contarão com questões abertas, onde os participantes poderão fazer elogios, críticas e sugestões de forma livre.

Os questionários deverão ser disponibilizados online para preenchimento, sendo via portal acadêmico para todos os membros da comunidade acadêmica, e através de um link do Google Formulários para a sociedade civil organizada.

As comunidades acadêmica e sociedade civil organizada deverão ser constantemente sensibilizadas e deverão conhecer os resultados das avaliações autoavaliações de forma que permita que se apropriem dos seus resultados. Os resultados das autoavaliações, assim demais avaliações do PAI (avaliações externas e de desempenho), deverão servir de base para a proposição de melhorias acadêmicas e administrativas através do planejamento estratégico Institucional. Toda melhoria implementada a partir da execução do PAI deverá ser sinalizada para as comunidades interna e externa com o selo de conquista da CPA.

Segue o macroprocesso do PAI com destaque para o micro processo de autoavaliação.

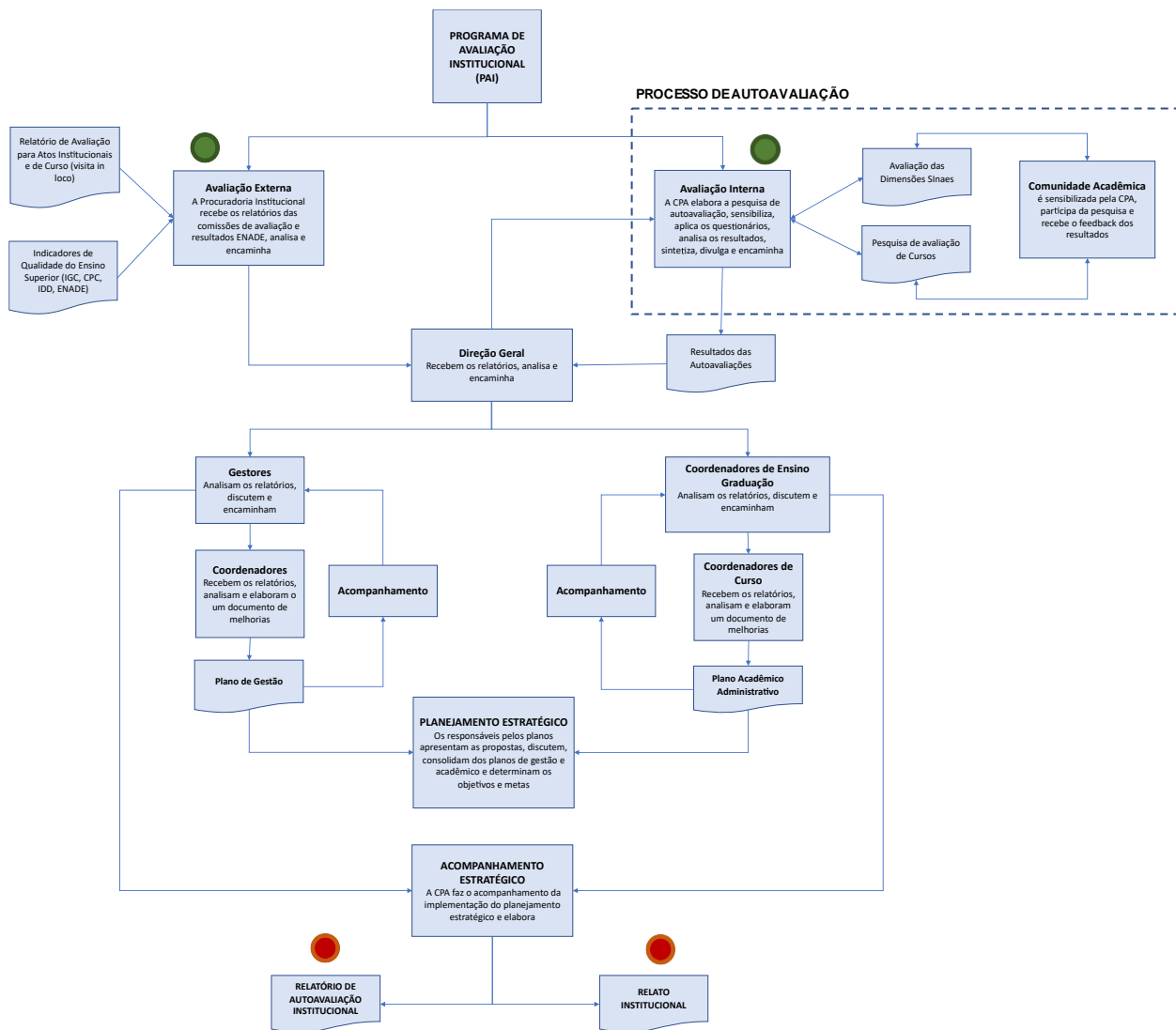


Figura 2 - Macroprocesso do Programa de Avaliação Institucional (PAI).

O processo de autoavaliação é extremamente importante para que a Instituição avalie e aprimore seus serviços e programas. Além disso, ele também ajuda a promover a responsabilidade, a transparência e a qualidade no atendimento aos usuários. O processo de autoavaliação deverá seguir as etapas apresentadas na Figura 3.

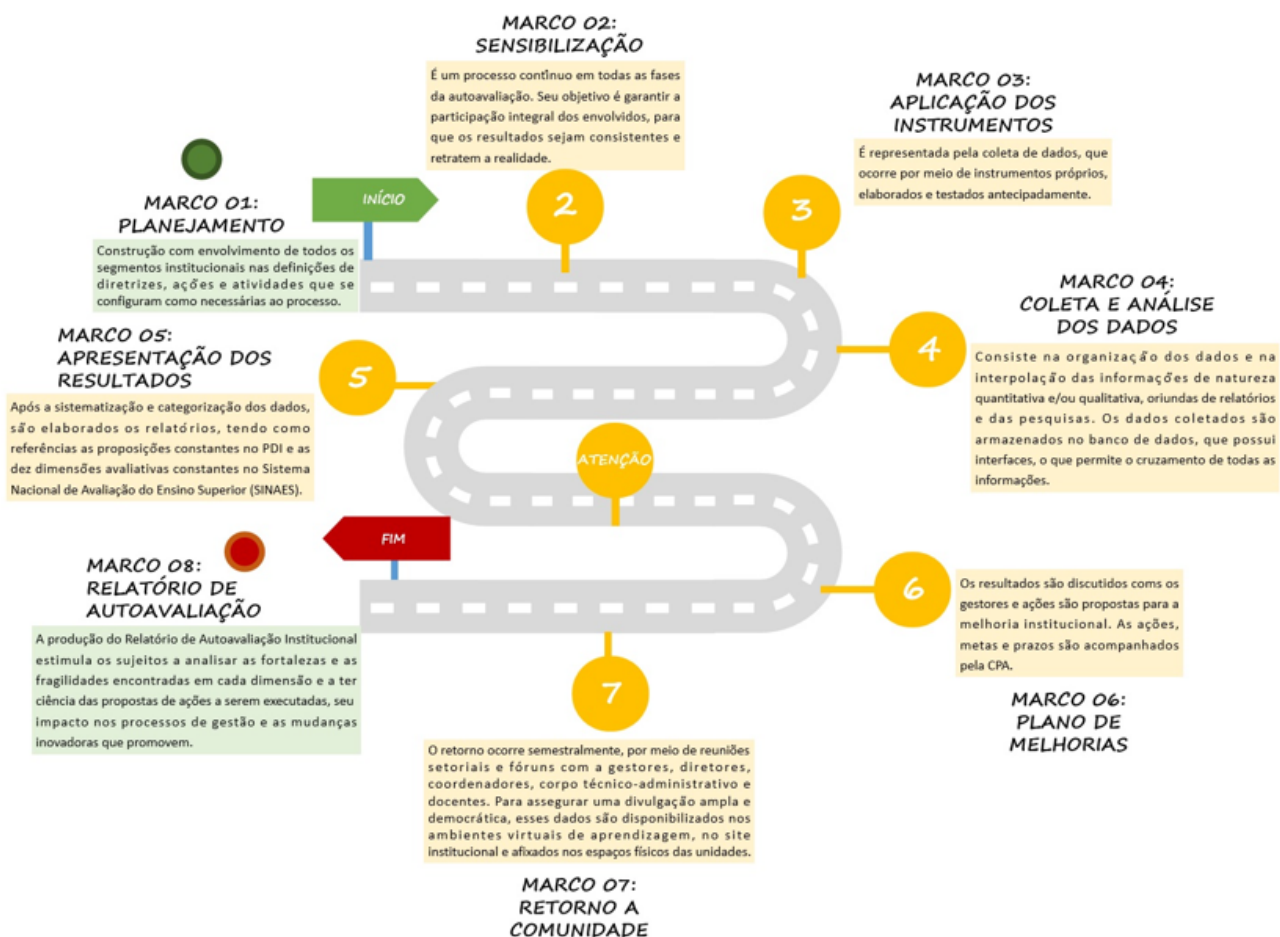


Figura 3 - Etapas do Processo de autoavaliação.

As autoavaliações devem incluir uma análise detalhada de cada processo, incluindo avaliação da qualidade dos documentos, a precisão dos cálculos, a consistência das avaliações, e a capacidade de obter os resultados desejados. Deve-se também avaliar a adequação dos procedimentos de avaliação com a legislação vigente.

2.1 Autoavaliação dos Cursos

O questionário de autoavaliação dos cursos deverá ser estruturado tendo como documento norteador o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, contemplando as seguintes dimensões: 1- Organização Didático-Pedagógica; 2- Corpo Docente e Tutorial; 3- Infraestrutura.

A autoavaliação dos cursos deverá ser realizada no primeiro semestre letivo de cada ano, tendo como participantes os discentes. Os resultados deverão permitir dimensionar a concepção dos alunos a respeito do seu curso e subsidiarão a elaboração dos relatórios

analíticos da autoavaliação dos cursos, os planos acadêmico-administrativos e do planejamento estratégico.

2.2 Autoavaliação Institucional

O questionário de autoavaliação institucional deverá ser estruturado tendo como documento norteador o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para Recredenciamento/Transformação de organização acadêmica, contemplando as seguintes dimensões: 1- Missão Institucional; 2- Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão; 3- Responsabilidade Social; 4- A Comunicação com a Sociedade; 5- Política de Pessoal; 6- Gestão Institucional; 7- Infraestrutura; 8- Planejamento e Avaliação; 9- Atendimento ao Estudante; 10- Sustentabilidade Financeira.

A pesquisa de autoavaliação institucional deverá ser aplicada no segundo semestre de cada ano, tendo como participantes todos os setores acadêmicos (discentes, docentes e técnicos administrativos) e a sociedade civil organizada. Os resultados deverão permitir dimensionar a concepção dos participantes da avaliação a respeito do planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura, e subsidiarão a elaboração dos relatórios analíticos da autoavaliação institucional, dos planos acadêmico-administrativos, do relatório de autoavaliação institucional e do planejamento estratégico.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Os questionários das autoavaliações deverão ser constituídos por questões de múltipla escolha, utilizando a métrica *Net Promoter Score* (NPS), além de uma questão aberta para livre resposta do participante. O quantitativo de questões disponibilizadas, a linguagem e os indicadores presentes nos questionários deverão variar de acordo com o público consultado.

As pesquisas deverão ser disponibilizadas no portal de pesquisas da CPA e o acesso da comunidade acadêmica deverá ocorrer por meio de login no portal acadêmico/do colaborador. A sociedade civil organizada, representada pelas empresas/órgãos parceiros que ofertam vagas de estágios e empregos para os alunos e egressos, deverá participar das pesquisas através de acesso por link do Google[®] formulários. A participação de qualquer membro deverá ser voluntária e a identidade do respondente mantida sob sigilo.

2.4 Sensibilização da comunidade acadêmica

Para garantir a sensibilização de todos os segmentos da comunidade acadêmica, a CPA deverá seguir o estabelecido no Plano de Engajamento. O plano visa maximizar a conscientização sobre a importância da autoavaliação e incentivar a participação ativa nas pesquisas. Para garantir o sucesso do engajamento, o plano estabelece cinco estratégias principais que deverão ser implementadas a cada processo: divulgação, educação, incentivo, feedback dos resultados e reconhecimento.

Como ações de sensibilização que deverão ser realizadas a cada processo, destacam-se as reuniões setoriais, a disponibilização de banners pelos ambientes físicos e digitais, a divulgação de vídeos/tutoriais, o envio de comunicados via canais institucionais, a realização de premiações e a divulgação das conquistas da CPA.

Com o objetivo de obter participação crescente da comunidade acadêmica nas pesquisas, a CPA deve realizar acompanhamento/monitoramento diário dos percentuais de respondentes de cada segmento, com repasse dos resultados parciais para que os responsáveis por cada segmento acadêmico auxiliem no engajamento e alcance das metas estabelecidas.

2.5 Coleta e análise dos resultados

Os resultados das autoavaliações deverão ser disponibilizados no banco de dados do portal RM (Sistema Totvs) a partir de um cubo com acesso exclusivo ao login do presidente da CPA. A parametrização dos dados deve ser realizada a partir da categorização dos respondentes categorizados em três níveis: i) detratores, aqueles que escolherem as alternativas de 0 a 6; ii) neutros, respondentes que optarem por 7 ou 8; e iii) promotores, aqueles que responderem 9 ou 10. A partir dessa parametrização, o percentual de detratores, neutros e promotores deve ser calculado e o valor NPS obtido a partir da subtração do percentual de promotores pelo percentual de detratores (Figura 4).

Resultados entre -100 e 0 foram considerados em zona crítica, de 1 a 30, em aperfeiçoamento, entre 31 e 70, em qualidade, e de 71 a 100, em excelência (Figura 15). Como padronização de análise foi estabelecido que indicadores com NPS menor que 31 foram considerados pontos a melhorar, já os iguais ou superiores a 31, como potencialidades.

As respostas das questões abertas deverão ser categorizadas por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações) e agrupadas por setor de interesse.

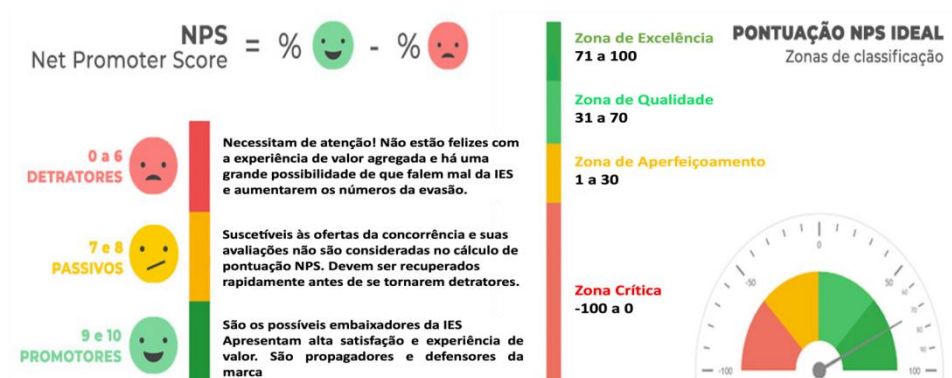


Figura 4 - Análise a partir da métrica NPS.

2.6 Divulgação dos resultados

Os resultados das autoavaliações deverão ser divulgados através de banners físicos afixados nos principais espaços de circulação de pessoas pelas unidades acadêmicas, bem como por meio de banners digitais disponibilizados nos ambientes virtuais de aprendizagem e site institucional. Com o intuito de privilegiar a discussão e melhor compreensão dos resultados, a CPA deverá ofertar anualmente fóruns das avaliações institucionais.

Os relatórios de autoavaliação institucional e o relato institucional deverão ser disponibilizados no site institucional, de forma que estejam acessíveis a qualquer membro da comunidade acadêmica e externa.

Relatórios semestrais deverão ser encaminhados aos gestores e coordenadores dos cursos para que sirvam de base para a discussão, reflexão e elaboração de documentos que embasarão o planejamento estratégico e a implementação de melhorias.

A CPA deverá periodicamente realizar a afixação de selos de “Conquista da CPA” nos espaços onde as melhorias forem realizadas a partir dos planos de ação propostos a partir da execução do PAI. O selo realizará importante função de divulgador dos resultados do trabalho da CPA e ao mesmo tempo de sensibilizador para que a comunidade acadêmica continue participando dos processos de autoavaliação.

Os métodos e as estratégias de comunicação empregadas para tornar os resultados acessíveis e de fácil compreensão para cada público-alvo, permitindo que se apropriem deles, deverão ser empregados a partir do Plano de Divulgação e de Apropriação dos Resultados.

As metodologias devem ser empregadas nos diversos formatos de divulgação (banners, relatórios e fóruns) e devem mesclar estratégias de comunicação, sendo as

principais utilizadas: linguagem acessível; utilização de cores e símbolos para destacar as informações mais importantes; utilização de gráficos, tabelas e imagens para apresentação dos dados; adequação do conteúdo ao público-alvo; apresentação resumida dos resultados; indicação das principais fragilidades e potencialidades, assim como os principais planos de ação e metas para o próximo ciclo; estabelecimento de canal de diálogo e discussão através dos fóruns para aprofundamento da compreensão dos resultados; e disponibilização contínua de acesso aos resultados.

2.7 Relatório de Autoavaliação Institucional

Cada processo de autoavaliação anual deverá ser encerrado a partir da confecção do relatório de autoavaliação institucional (RAI), os quais devem obedecer ao roteiro proposto na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 065 e depositados anualmente no e-MEC até o dia 31 de março. Os RAI devem ser redigidos apresentando clara relação entre si e possuírem informações que impactem os processos de gestão e promovam mudanças inovadoras. Todos os relatórios devem ser anualmente disponibilizados no site institucional.

Considerações finais

A execução do Projeto de Autoavaliação da FAMETRO deverá possibilitar a análise dos cursos de Graduação e da Instituição na perspectiva das comunidades acadêmica e externa. Seus resultados deverão servir de base para o acompanhamento da qualidade da educação e no processo de tomada de decisão, proporcionando mudanças nos cursos de graduação e na Instituição, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas pedagógicas e de gestão aplicadas à formação dos estudantes, à responsabilidade social e o cumprimento da missão Institucional.